

Vossas Excelências

Dr. Harsh Vardhan

Presidente do conselho executivo da OMS

Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus

Diretor Geral da OMS

Desde o início da pandemia da Covid-19, o Brasil registrou mais de 10 milhões de casos e mais de 260.000 mortes. A situação se agravou a partir de janeiro de 2021, com mais de 75 mil casos novos e quase 2.000 mortes por dia, atingindo de forma mais significativa as camadas vulnerabilizadas da população. O país vive, nesse momento, o colapso do seu sistema de saúde, tanto no setor público como no privado.

Os senhores estão certamente bem informados sobre o quadro atual da pandemia no Brasil e a insuficiente implementação das medidas preconizadas pela OMS em relação à prevenção da doença e à proteção social para diminuir a exposição, como evitar as aglomerações sociais e exigir o uso de máscaras faciais.

A vacinação, importante instrumento para o controle da situação, tem enfrentado enormes desafios organizativos, dificultando o controle da pandemia. O Programa Nacional de Imunização, reconhecido mundialmente, tem uma história de sucesso que inclui a erradicação da varíola e a eliminação da poliomielite, além do controle de várias outras doenças transmissíveis. A dinâmica atual, contudo, contradiz essa história.

Acrescente-se que, com o surgimento e a disseminação de novas variantes do vírus, é remota a perspectiva de se alcançar a cobertura vacinal necessária para produzir a imunidade coletiva e permitir o controle da pandemia.

Se essa situação continuar, não apenas os brasileiros estarão sujeitos à progressão indefinida da pandemia, mas também a população mundial poderá sofrer os efeitos de uma fonte incontrolável de novas variantes do vírus que podem debilitar os esforços da OMS e dos países para controlar a pandemia.

Foram muito importantes os alertas que a OMS e o Dr Tedros pessoalmente fizeram, na conferência de imprensa do dia 05 de março, sobre a gravidade da situação no país e o risco que o Brasil representa para toda a América do Sul. Infelizmente, alertas e recomendações não têm sido suficientes para levar o governo a adotar as medidas de prevenção e mitigação necessárias.

O Brasil é signatário do Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005), que considera o necessário equilíbrio entre os direitos soberanos de cada país e o compromisso compartilhado por todos os Estados de atuar para a prevenção da propagação internacional de doenças.

A Organização Mundial da Saúde não possui instrumentos para obrigar os países a adotar medidas específicas, mas tem o dever de explicitar as consequências do não cumprimento das disposições do RSI (2005), incluindo o aumento dos casos de doenças e óbitos, o comprometimento

da imagem internacional do país por desrespeitar as decisões e recomendações feitas com base no RSI, a imposição unilateral de restrições a viagens e ao comércio com significativos efeitos econômicos e sociais, além da indignação pública.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Saúde, órgão do controle social do SUS, e a Frente pela Vida, movimento que reúne centenas entidades da sociedade civil, incluindo associações científicas e de profissionais de saúde, vem apelar ao Presidente do Conselho Executivo e ao Diretor Geral da OMS que chamem à responsabilidade o governo brasileiro, convocando-o a um trabalho conjunto capaz controlar efetivamente o evento sanitário de maior proporção desse século.

Por fim, vale acrescentar que essa situação representa um desrespeito aos direitos humanos, motivo pelo qual os signatários desta carta também estarão apelando à Alta Comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Dra. Michelle Bachelet, que alerte as autoridades sobre as consequências, no âmbito das organizações multilaterais, desse desrespeito.

Brasília, 8 de março de 2021



Conselho Nacional de Saúde



Frente pela Vida



Frente pela Vida



Frente pela Vida



Frente pela Vida